

2. A opinião dos atores - JOSÉ GUILHERME ALMEIDA REIS*

O mercado de trabalho em 1995

Nos últimos anos, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro tem ajudado a reforçar a percepção de que é preciso mudar as instituições que regulam seu funcionamento. Como decorrência das profundas mudanças que vêm ocorrendo na economia e na sociedade brasileira, a questão do emprego vem se constituindo no tema predominante, contribuindo para por em xeque um aparato regulador baseado em forte intervencionismo governamental e em ampla e detalhada legislação.

As principais forças que estão por trás deste processo de transformação são a abertura comercial, a privatização das empresas estatais do setor produtivo e, mais recentemente, a estabilização de preços, que aumentaram de forma significativa o grau de concorrência da economia, obrigando as empresas a perseguirem padrões de eficiência e competitividade até então explorados apenas pelos segmentos mais integrados ao comércio internacional.

Uma das conseqüências deste processo foi sem dúvida, uma mudança na elasticidade emprego-produto da economia, em geral, e do setor industrial, em particular, onde foram obtidos ganhos expressivos de produtividade. Embora a taxa de desemprego aberto mantenha-se em níveis baixos para padrões internacionais, há evidências claras de aumento da informalidade e conseqüente redução na qualidade dos empregos gerados. Ademais, o crescimento da indústria nos anos recentes não tem sido acompanhado por expansão do emprego. De fato, uma característica impressionante do comportamento do emprego industrial está na persistência da sua trajetória declinante, mesmo após a retomada do crescimento da atividade industrial a partir de 1993.

Do ponto de vista do emprego, o ano de 1995 não foi diferente dos que o antecederam. Após ensaiar uma tímida recuperação no início do ano, na esteira do crescimento pós-Real, rapidamente revertida pelas medidas de política monetária adotadas pelo governo, o emprego industrial fechou o ano em queda, apesar do (modesto) crescimento do produto industrial. Voltou a aumentar, por sua vez, o índice de precariedade do emprego, medido pela participação dos trabalhadores sem carteira assinada, conta própria e desempregados no total da população economicamente ativa.

As perspectivas para a evolução do emprego nos próximos anos não podem ser consideradas otimistas, já que a taxa de crescimento da economia prevista é, na melhor das hipóteses da ordem de 4% ao ano. Tal ritmo é insuficiente para absorver a oferta de mão-de-obra dado o ritmo de aumento da produtividade previsto, o qual, ainda que em 1995 tenha sido muito inferior ao dos últimos anos, dificilmente deixará de se manter em patamar expressivo, até porque o próprio processo de abertura com taxa de câmbio valorizada incentiva a introdução de novas tecnologias e a busca de aumentos de produtividade.

A estes fatores junta-se um outro, relacionado à imperiosa necessidade de se reverter o quadro de desequilíbrio fiscal que caracterizou o ano de 1995. Dois dos principais instrumentos com que dispõe o governo para buscar o equilíbrio nas contas públicas têm impactos diretos sobre o emprego: a privatização, que atingirá a partir deste ano empresas de utilidade pública, onde o excesso de pessoal é mais expressivo, e a reforma administrativa, a qual, para dar uma efetiva contribuição ao ajuste fiscal, implicará cortes de pessoal, principalmente nos estados e

*Chefe do Departamento Econômico da CNI.

- os salários reais aumentaram vigorosamente e para todas as categorias de trabalhadores, contudo de forma mais significativa para os estratos mais pobres que para os mais ricos;
 - este quadro tem reorientado a ênfase das estratégias sindicais das questões salariais às voltadas à manutenção e à criação de empregos.
-